

01



02
PREFEITURA
SÃO MIGUEL
DAS MATAS

**6º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO 218/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2024

OBJETO: Contratação de empresa para executar obras de pavimentação de ruas da sede de São Miguel das Matas - Ba.

ABRIL/2024



Rodovia BA-026 nº80 Lote 05 – Quadra H1 Lot. Cidade Nova Barro Vermelho– Santo Antonio de Jesus-Ba.–CEP: 44437-060CNPJ: 01.978.197/0001-09 - Insc Estadual: 46.741.512-EP - Insc Municipal: 378400101 e-mail: terra.construcoes@terracon.com.br

São Miguel das Matas/Ba 19 de Abril de 2024

Ao

Prefeito Municipal de São Miguel das Matas

Assunto: Prorrogação de prazo do contrato nº 218/2021. Referente a serviço de pavimentação de ruas da sede de São Miguel das Matas – Ba. Conforme convênio CAIXA 885000/2019. TP 002/2021.

Prezado (a) Senhor (a).

Ao Cumprimentá-lo, na qualidade de gestor da **TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME. CNPJ 01.978.197/0001-09**. Sediada à Rodovia Ba 026. Nº 80. Lote 05. Quadra 11, Loteamento Cidade Nova. CEP 44.437-060, no Município de Santo Antônio de Jesus-Ba venho através deste instrumento, solicitar a prorrogação de prazo pelo mesmo período do contrato nº 218/2021 por motivo climático devido ao período chuvoso dos últimos meses.

Na certeza de vosso atendimento, agradecimento desde já e aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de estima apreço.

Atenciosamente.

Clemilson dos Santos pinheiro

Diretor

Terra Construções Eireli Me.

Cnpj: 01.978.197/0001-09

04



000485



TOMADA DE PREÇO Nº 002/2021

CONTRATO Nº 218/2021

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS E A EMPRESA: TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **13.825.500/0001-04**, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 02, Centro, São Miguel das Matas-BA, CEP: 44.580-000 neste ato representado pelo Sr. Prefeito, Valdelino de Jesus Santos, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 03.311.449-80 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 371.778.425-00, residente e domiciliado na Rua Manoel Rufino, 36, Centro, São Miguel das Matas-BA, doravante denominado **CONTRATANTE** e a Empresa **TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.978.197/0001-09, com sede na Rodovia BA 026, 80, Lote 05, Quadra H1, Loteamento Cidade Nova, CEP 44.437-060, no Município de Santo Antônio de Jesus-BA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Clemilson dos Santos Pinheiro, portador(a) da Cédula de Identidade n.º 07.148.304-70 SSP/BA e CPF n.º 759.636.715-15, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e contratado o seguinte:

01. OBJETO

01.1 Constitui objeto deste contrato a execução da obra relacionada abaixo, de acordo com a proposta da contratada e o Edital de Tomada de Preços Nº 002/2021, e seu respectivo anexo.

Contratação de empresa de engenharia para execução de obras/serviços de pavimentação de ruas da sede de São Miguel das Matas – BA, convênio 885000/2019, conforme Planilha Orçamentária, e Projeto Básico, parte integrante do edital 002/2021.

PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: 2º TRAVESSA MANOEL RUFINO, RUA AO LADO DA CRECHE, RUA ALTO SÃO MIGUEL E RUA BAIXA DE AREIA, no município de São Miguel das Matas – Bahia.

§1º A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões na prestação do serviço objeto da presente licitação, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

§2º A critério exclusivo da Prefeitura, será permitida a sub-contratação de empresas que prestam serviços especializados necessários ao cumprimento do contrato que serão atestados pela Contratante comprovando, através de declaração formal da subcontratada que se comprometerá executar a parcela do serviço para a qual está fornecendo a atestação técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 05 (cinco) meses, a contar da data da emissão da



000486



Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que observadas as normas legais vigentes.

PARAGRAFO ÚNICO - O Contrato, fruto deste certame, poderá ter seu prazo de vigência prorrogado conforme dispõe o artigo 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O Contratante pagará à Contratada o preço de R\$ R\$ 284.079,60 (duzentos e oitenta e quatro mil, setenta e nove reais e sessenta centavos).

§1º Nos preços previstos neste contrato estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

§2º Em atendimento ao art. 18 § 1º da Lei Complementar 101/00 de 04/05/2000 a parcela remunerativa corresponde a:

Mão de Obra 40%	R\$ 113.631,80
Insumos 60%	<u>R\$ 170.447,80</u>
	R\$ 284.079,60

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários, constantes de dotações consignadas no orçamento municipal vigente, através das dotações orçamentárias, abaixo descritas:

10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
1021 Calçamento de Ruas, Avenidas e Logradouros Públicos
44.90.51 –Obras e Instalações
FONTE: 00, 24 e 42

PARÁGRAFO ÚNICO - A Prefeitura consignará nos próximos exercícios em seu orçamento as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

O pagamento devido a Contratada será efetuado mensalmente, através de crédito em conta preferencialmente no Banco do Brasil S/A, em até 08 (oito) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais, conforme cláusula quarta, relativa aos serviços executados, após devidamente atestada pela fiscalização.

§ 1º. O pagamento devido pelo contratante ao contratado, exceto no primeiro mês, só será efetuado após a apresentação da folha de pagamento dos empregados deste último, recolhimento de FGTS,



000487



INSS, PIS e COFINS.

CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Os critérios para reajustamento estão definidos nas Condições Gerais de Contratação, sendo adotado para tal a variação do INCC, cotada a partir da data da proposta.

§ 2º. O Contratante deverá emitir atestado no sentido de que constatou ter havido os pagamentos e recolhimentos mencionados no § 1º, ficando, assim, liberado para a Contratada o pagamento relativo ao mês vencido.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA além das obrigações contidas neste Contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) Executar os serviços objeto deste Contrato de acordo com as especificações e/ou normas da ABNT exigida, observar Projeto Básico / Memorial Descritivo / Especificações do Edital TP 002/2021.
- b) Disponibilizar o material de consumo necessário para a realização dos serviços;
- c) Arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, assistência médica e de pronto socorro de seus empregados;
- d) Promover, por sua conta e risco, o transporte de seus empregados, dos equipamentos, materiais e utensílios necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato;
- e) Responder pelas obrigações, despesas, encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros, na forma da legislação em vigor relativo aos empregados utilizados na execução dos serviços ora contratados, sendo-lhe defeso invocar a existência desse contrato para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à contratante;
- f) Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo Contratante, atendendo prontamente as observações e exigências que lhes forem solicitadas;
- g) Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Contrato, inclusive as obrigações sociais e previdenciárias e trabalhistas dos seus empregados;
- h) Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, folha de pagamento de seus empregados, Guias de Recolhimento das Contribuições Sociais e previdenciárias (INSS, FGTS e PIS), sob pena, em caso de recusa ou falta de exibição dos mesmos, de ser sustado o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas, até o cumprimento desta obrigação;
- i) Comunicar ao Contratante, qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços, objeto do presente Contrato, provocada por empregados da Contratada, inclusive indicando o nome do responsável;



- j) Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto as repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato, efetuando pontualmente todos os pagamentos de taxas e impostos que incidam ou venham incidir sobre as suas atividades;
- k) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à contratante e/ou a terceiros por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria, ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- l) Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas a prestação dos seus serviços; cumprir rigorosamente as disposições da Lei Federal nº8.666/93.
- m) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) Exigência de comprovação mensal junto ao setor financeiro competente, do cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais, tributárias e previdenciárias, incluindo-se o pagamento dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e nas Convenções, Dissídios ou Acordos Coletivos de trabalho, obrigações decorrentes do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, bem como das normas e legislação especializadas de proteção ao meio ambiente, comprovação de pagamento de salários, FGTS e os demais encargos de natureza trabalhista;
- o) Obrigação do contratado de exibir os instrumentos de rescisão de contratos de trabalho vinculados à execução do contrato;
- p) Registrar o Contrato no CREA e apresentar o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica", antes da emissão da primeira fatura.
- q) Fornecer e colocar no local das obras / serviços placa de divulgação e identificação da mesma, e placa de inauguração, quando for o caso, as quais serão confeccionadas de acordo com o manual apropriado a ser fornecido pela Contratante.
- r) Matricular os serviços no INSS e entregar à Contratante as guias de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, nos termos da legislação específica em vigor. As referidas guias serão acompanhadas de declaração elaborada em papel timbrado da Contratada, carimbada e assinada por pessoa legalmente habilitada para tal fim, atestando, sob as penas da lei, que as mesmas correspondem fielmente ao total da mão-de-obra empregada nos serviços contratados.
- s) Manter no local das obras / serviços um "Diário de Ocorrências", no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução, por uma das partes. Este Diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela Contratada, em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras / serviços.
- t) Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e

000489



a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.

u) Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho.

v) Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução das obras / serviços.

w) Fornecer, gratuitamente, equipamento de proteção individual – EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, conforme itens 6.2 e 6.3 da NR-6 do TEM - Ministério do Trabalho e Emprego, nas obras que sejam realizadas diretamente pelo Município, bem como exigir o funcionamento nas obras contratadas a terceiros, a fim de que os componentes da equipe de mão-de- obra operacional (operários), exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda), e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.

x) Todos os equipamentos de segurança deverão ser de boa qualidade, possuindo Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho;

y) O equipamento de proteção individual, quando danificado ou extraviado, tão logo seja informado pelo empregado, deverá ser substituído imediatamente;

z) Na entrega do equipamento de proteção individual, deverá solicitar a assinatura do empregado recibo comprobatório da entrega do EPI, devendo ser arquivado mencionado recibo, no local de trabalho, para fins de fiscalização;

aa) A Administração fiscalizará mensalmente o recolhimento dos depósitos para o FGTS e das contribuições ao INSS por parte de todas as empreiteiras, subempreiteiras e empresas de prestação de serviços contratadas, com relação a todos os trabalhadores relacionados à prestação dos serviços correspondentes, a fim de que as mesmas apresentem as guias de recolhimento das referidas obrigações sociais devidamente quitadas;

bb) A Administração, através de prepostos, por ocasião de cada fiscalização dos serviços contratados, procederá o levantamento dos nomes completos de todos os trabalhadores que se encontram em atividade no local de trabalho, elaborando documento que contenha a lista de tais trabalhadores, verificando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI pelos mesmos, informando na referida lista a utilização ou não do EPI por cada trabalhador identificado;

cc) O preposto responsável pela fiscalização, encaminhará a lista de trabalhadores referidos no item anterior, ao setor responsável pela fiscalização mensal do recolhimento dos encargos sociais previstos no artigo 1º, a fim de possibilitar a verificação do cumprimento das obrigações sociais com relação a tais trabalhadores, devendo verificar se estão sendo recolhidos os depósitos do FGTS e contribuições para o INSS com relação aos mencionados trabalhadores;

dd) Constatado o descumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empreiteira, subempreiteira e/ou empresa prestação de serviços contratada, seja em decorrência da fiscalização, seja por qualquer outro meio hábil e idôneo para a comprovação da irregularidade, a Administração deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da



000490



irregularidade, a aplicar a multa prevista no instrumento do contrato para a hipótese de descumprimento de suas cláusulas;

Parágrafo Único - A multa contratual que trata o inciso XXI, deverá ser aplicada a cada constatação de descumprimento de obrigação trabalhista.

ee) O descumprimento das obrigações previstas no presente ajuste sujeitará a empresa contratada ao pagamento de multa equivalente a R\$ 10.000,00, por cada infração cometida a cada uma das obrigações previstas no presente Decreto e a cada constatação da infração, reversível ao FAT ou a Entidade ou Instituição indicada pelo EPT, cuja finalidade, guarde consonância com a reconstituição do bens jurídicos lesados.

ff) Comunicar à Fiscalização e proceder, às suas expensas, as correções necessárias, sempre que ocorrerem falhas, erros ou omissões nos projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este Edital, assumindo a responsabilidade pela correta execução de todos os serviços. Tais correções somente serão efetuadas com a aprovação da Fiscalização, que por sua vez consultará o autor dos projetos, para efeito de autorização.

gg) Quando, por motivo de força maior ou caso fortuito, houver a necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter o pretendido à Fiscalização, para que a mesma, através de laudos, pareceres e levantamentos de custos, possa se pronunciar pela aprovação ou não do mesmo.

hh) Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção das obras/serviços, em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa, bem como os documentos comprobatórios solicitados pelo Contratante;

ii) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, obras / serviços objeto do Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações.

jj) Entregar ao Contratante, quando da emissão do termo de Recebimento Provisório das obras / serviços e vinculado ao pagamento da última parcela, registrando todas as alterações e complementações efetuadas no seu Projeto Executivo no decorrer do prazo contratual, observando, obrigatoriamente, as normas de desenho da Contratante.

kk) Executar, às suas expensas, as ligações definitivas das instalações às redes públicas.

ll) Retirar todo o entulho decorrente da execução das obras / serviços, deixando o local totalmente limpo.

mm) Obter o Alvará de Construção e/ou "Habite-se" da obra, quando da conclusão da obra, de acordo com Condições Específicas do edital e de acordo com a legislação local.

nn) O primeiro pagamento só será feito após a apresentação ao órgão ou entidade licitadora da documentação referente a licenças e matrícula da obra no CREA e INSS.

oo) O Contratante, no ato de cada pagamento, fará a retenção do Imposto Sobre Serviços incidente sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, responsabilizando-se pelos recolhimentos à Secretaria de

000491



Finanças do Município dos valores efetivamente retidos.

pp) Obrigação do órgão ou entidade contratante de suspender os pagamentos devidos ao contratado, caso haja o descumprimento das cláusulas indicadas acima.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das obrigações previstas no presente Contrato por determinação legal. O Contratante obriga-se a:

- 1. Designar prepostos para conferir, fiscalizar, apontar falhas e atestar a execução do serviço;
- 2. Efetuar, nos prazos indicados, os pagamentos devidos à Contratada;
- 3. Notificar, por escrito, à Contratada, quando da aplicação de multas previstas neste contrato;
- 4. Prestar esclarecimentos e informações à contratada que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como dar-lhe ciência de qualquer alteração no presente Contrato.

CLÁUSULA NONA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente contrato será realizado em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** devendo os serviços, objeto deste contrato, serem desenvolvidos por profissionais habilitados conforme a lei, nos seus Conselhos Profissionais, e qualificados para as atividades a que se propõem.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços, ora contratados, será exercida pela contratante através de pessoa designada com poderes para:

- a) recusar os serviços que não tenham sido executados de acordo com as condições especificadas neste Contrato;
- b) comunicar à Contratada quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços, estabelecendo prazos para que as mesmas sejam regularizadas;
- c) notificar, advertir e denunciar o contratado em caso de descumprimento dos itens a até o, constantes na Cláusula Segunda;
- d) a Contratada exercerá a fiscalização do presente contrato através da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos em consonância com a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RECEBIMENTO DAS OBRAS

- 1. O recebimento provisório e definitivo das obras serão efetuados de acordo com o estabelecido no Art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93
- 2. Realizada a medição final, a Contratada deverá solicitar, de maneira formal, ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Obra, o seu recebimento provisório, acompanhado dos seguintes documentos:

33
000492

- a) Relação nominal do(s) responsável(is) técnico(s) pelo objeto contratado, com discriminação de categoria(s) e número(s) de registro(s) profissional(is), função(ões) e período de atuação de cada um;
- b) Cópia do diário de obra;
- c) Minuta do atestado a ser fornecido;
- d) Outros documentos a critério do Órgão Contratante.

3. A Contratante, através do responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, deverá providenciar termo circunstanciado de recebimento provisório, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da solicitação que lhe fizer a Contratada. Tal documento deverá ser firmado também pela Contratada.

4. A Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento provisório, deverá nomear comissão para efetuar o recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

Fica estabelecido que na hipótese da Contratante deixar de exigir qualquer condição deste Contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS GARANTIAS

Por ocasião da assinatura do contrato a Pessoa Jurídica a ser contratada fica obrigada a prestar garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

O descumprimento parcial ou total de qualquer das cláusulas contratuais sujeitará o contratado às sanções previstas na Lei 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º A inexecução parcial ou total das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- a) Perda da garantia;
- b) Multas percentuais sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual.

§ 2º A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

- I. **0,3 % (três décimos por cento)** ao dia por atraso, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos serviços não realizados;
- II. **0,7 % (sete décimos por cento)**, sobre o valor dos serviços não realizados, por cada dia



subsequente ao trigésimo.

A Administração se reserva ao direito de descontar do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta em virtude do descumprimento das condições estipuladas no contrato.

§ 3º As multas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

§ 4º A contratada deverá alegar os motivos de força maior ou de casos fortuitos dentro de 10 (dez) dias da sua ocorrência e apresentar os documentos comprobatórios até 10 (dez) dias, após a cessação do mesmo para serem apreciados devendo a Contratante no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento dos documentos, aceitar ou recusar os motivos alegados dando por escrito as razões de sua eventual recusa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, deste Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº. 8.666/93.

§ 1º O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93.

§ 2º Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI e XIII do art. 78 da Lei 8.666/93 não cabe ao contratado direito a qualquer indenização.

§ 3º O Contratante poderá considerar o presente Contrato rescindido de pleno direito, sem que assista à Contratada, direito a qualquer indenização, nas hipóteses em que:

- a) A Contratada abandonar ou suspender a execução dos serviços, salvo por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente, comprovados;
- b) A Contratada infringir quaisquer das Cláusulas contratuais;
- c) A Contratada requerer ou tiver sido declarada a falência, concordata, insolvência ou dissolução judicial ou extrajudicial;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Laje, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

São Miguel das Matas-BA, 26 de outubro de 2021.



000494



MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS
Valdelino de Jesus Santos - Prefeito Municipal
Contratante

[Handwritten signature]

TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME
Clemilson dos Santos Pinheiro
Contratado

Testemunhas:

[Handwritten signature]
CPF: 077.273.205-10

[Handwritten signature]
CPF: 859.980.425.14

Visto Assessoria Jurídica:

Do exposto, em nada se contrariou os dispositivos e formalidades consignados na Lei 8666/93 e suas alterações, sendo esta assessoria pela assinatura deste contrato.

São Miguel das Matas BA 24 de 10 de 2021

[Handwritten signature]

Declaração de Publicidade do Extrato

Declaramos para os devidos fins de prova, que o extrato deste contrato foi publicado no quadro de Avisos e Editais, instalado no hall da sede administrativa desta Prefeitura, atendendo as formalidades consignadas na Lei 8666/93 e suas alterações, sendo esta declaração assinada por funcionário da Secretaria de Administração.

São Miguel das Matas BA 26 de 10 de 2021

[Handwritten signature]

EXTRATO DE CONTRATO Nº 218/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **13.825.500/0001-04**, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 02, Centro, São Miguel das Matas-BA, CEP: 44.580-000.

CONTRATADA: TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.978.197/0001-09, com sede na Rodovia BA 026, 80, Lote 05, Quadra H1, Loteamento Cidade Nova, CEP 44.437-060, no Município de Santo Antônio de Jesus-BA.

OBJETO:

Contratação de empresa de engenharia para execução de obras/serviços de pavimentação de ruas da sede de São Miguel das Matas – BA, convênio 885000/2019, conforme Planilha Orçamentária, e Projeto Básico, parte integrante do edital 002/2021.

PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: 2º TRAVESSA MANOEL RUFINO, RUA AO LADO DA CRECHE, RUA ALTO SÃO MIGUEL E RUA BAIXA DE AREIA, no município de São Miguel das Matas – Bahia.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
1021 Calçamento de Ruas, Avenidas e Logradouros Públicos
44.90.51 –Obras e Instalações
FONTE: 00, 24 e 42

VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses, a contar da data da emissão da ordem de Serviço, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 284.079,60 (duzentos e oitenta e quatro mil, setenta e nove reais e sessenta centavos).

São Miguel das Matas-BA, 26 de outubro de 2021.


MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS
Valdelino de Jesus Santos – Prefeito
CONTRATANTE

15



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DAS MATAS - BA

QUARTA-FEIRA – 03 DE NOVEMBRO DE 2021 - ANO I – EDIÇÃO Nº 993

Edição eletrônica disponível no site www.pmsaomiguelasmatas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS:

000496

- EXTRATO DE CONTRATO Nº 218/2021

REDE GERAL SERVICOS
LTDA:08241186000182

Assinado de forma digital por REDE
GERAL SERVICOS LTDA:08241186000182
Dados: 2021.11.03 10:29:43 -03'00'

**IMPrensa OFICIAL
UMA GESTÃO LEGAL
E TRANSPARENTE**

- Gestor(a): Valdelino de Jesus Santos- Prefeito
- Rua Marechal Castelo Branco, 02 - Centro
- Tel: (73) 3676-2141

36



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DAS MATAS - BA

QUARTA-FEIRA
03 DE NOVEMBRO DE 2021
ANO I - EDIÇÃO Nº 993

Edição eletrônica disponível no site www.pmsaomigueldasmatas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por cer

000497

EXTRATO DE CONTRATO Nº 218/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº **13.825.500/0001-04**, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 02, Centro, São Miguel das Matas-BA, CEP: 44.580-000.

CONTRATADA: TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.978.197/0001-09, com sede na Rodovia BA 026, 80, Lote 05, Quadra H1, Loteamento Cidade Nova, CEP 44.437-060, no Município de Santo Antônio de Jesus-BA.

OBJETO:

Contratação de empresa de engenharia para execução de obras/serviços de pavimentação de ruas da sede de São Miguel das Matas – BA, convênio 885000/2019, conforme Planilha Orçamentária, e Projeto Básico, parte integrante do edital 002/2021.

PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: 2º TRAVESSA MANOEL RUFINO, RUA AO LADO DA CRECHE, RUA ALTO SÃO MIGUEL E RUA BAIXA DE AREIA, no município de São Miguel das Matas – Bahia.

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
1021 Calçamento de Ruas, Avenidas e Logradouros Públicos
44.90.51 – Obras e Instalações
FONTE: 00, 24 e 42

VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses, a contar da data da emissão da ordem de Serviço, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 284.079,60 (duzentos e oitenta e quatro mil, setenta e nove reais e sessenta centavos).

São Miguel das Matas-BA, 26 de outubro de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS
Valdelino de Jesus Santos – Prefeito
CONTRATANTE

www.saomigueldasmatas.ba.gov.br

Rua Castelo Branco, 02 - Centro | Tel: (73) 3676-2141 | Gestor: Valdelino de Jesus Santos – Prefeito



Edição eletrônica disponível no site www.pmsaomigueldasmatas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo de Valor ao Contrato de nº 218/2021 que tem por objeto a Contratação de empresa para executar obras de pavimentação de ruas da sede de São Miguel Das Matas - Ba - Contratantes: **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**, CNPJ: 13.825.500/0001-04, Contratada: **TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME**, CNPJ: 01.978.197/0001-09. O presente termo aditivo tem como finalidade o reequilíbrio do valor do contrato em R\$ 125.466,18 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos), face a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, ficando o valor global do contrato atualizado no total de R\$ 409.545,78 (quatrocentos e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos). Fundamentação: Lei 8.666/93. São Miguel das Matas - BA, em 29/03/2022.



Edição eletrônica disponível no site www.pmsaomigueldasmatas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo de prazo ao Contrato de nº 218/2021 que tem por objeto a Contratação de empresa para executar obras de pavimentação de ruas da sede de São Miguel Das Matas - Ba - Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**, CNPJ: 13.825.500/0001-04, Contratada: **TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME**, CNPJ: 01.978.197/0001-09. O presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação do prazo do contrato nº 218/2021, A duração do Contrato original tem seu prazo prorrogado, com termo inicial em 25/03/2022 e término em 25/08/2022, em conformidade com o inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93. São Miguel das Matas - BA, em 25/03/2022.



Edição eletrônica disponível no site www.pmsaomigueldasmatas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo de prazo ao Contrato de nº 218/2021 que tem por objeto a Contratação de empresa para executar obras de pavimentação de ruas da sede de São Miguel Das Matas - Ba, conforme especificado nos anexos, partes integrantes da Tomada de Preço nº 002/2021, Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**, CNPJ: 13.825.500/0001-04, Contratada: **TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME**, CNPJ: 01.978.197/0001-09. O presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação do prazo do contrato nº 218/2021, A duração do Contrato original tem seu prazo prorrogado, com termo inicial em 25/08/2022 e término em 25/01/2022, em conformidade com o inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93. São Miguel das Matas - BA, em 24/08/2022.



Edição eletrônica disponível no site www.pmsaomiguelasmatas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo de prazo ao Contrato de nº 218/2021 que tem por objeto a Contratação de empresa para executar obras de pavimentação de ruas da sede de São Miguel Das Matas - Ba, conforme especificado nos anexos, partes integrantes da Tomada de Preço nº 002/2021, Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**, CNPJ: 13.825.500/0001-04, Contratada: **TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME**, CNPJ: 01.978.197/0001-09. O presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação do prazo do contrato nº 218/2021, A duração do Contrato original tem seu prazo prorrogado, com termo inicial em 25/01/2023 e término em 25/06/2023, em conformidade com o inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93. São Miguel das Matas - BA, em 24/01/2023.



Edição eletrônica disponível no site www.pmsaomigueldasmatas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo de prazo ao Contrato de nº 218/2021 que tem por objeto a Contratação de empresa para executar obras de pavimentação de ruas da sede de São Miguel Das Matas - Ba, conforme especificado nos anexos, partes integrantes da Tomada de Preço nº 002/2021, Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**, CNPJ: 13.825.500/0001-04, Contratada: **TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME**, CNPJ: 01.978.197/0001-09. O presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação do prazo do contrato nº 218/2021, A duração do Contrato original tem seu prazo prorrogado, com termo inicial em 25/06/2023 e término em 25/11/2023, em conformidade com o inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93. São Miguel das Matas - BA, em 21/06/2023.



Edição eletrônica disponível no site www.pmsaomiguelasmatas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo de prazo ao Contrato de nº 218/2021 que tem por objeto a Contratação de empresa para executar obras de pavimentação de ruas da sede de São Miguel Das Matas - Ba, conforme especificado nos anexos, partes integrantes da Tomada de Preço nº 002/2021, Contratante: **MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**, CNPJ: 13.825.500/0001-04, Contratada: **TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME**, CNPJ: 01.978.197/0001-09. O presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação do prazo do contrato nº 218/2021, A duração do Contrato original tem seu prazo prorrogado, com termo inicial em 25/11/2023 e término em 25/04/2024, em conformidade com o inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93. São Miguel das Matas - BA, em 24/11/2023.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20241370758

RAZÃO SOCIAL	
TERRA CONSTRUCOES LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
046.741.512 - BAIXADO	01.978.197/0001-09

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Divisão Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 27/03/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TERRA CONSTRUCOES LTDA
CNPJ: 01.978.197/0001-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:39:33 do dia 07/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/09/2024.

Código de controle da certidão: **A46E.1512.18C2.53BF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Valor

Inscrição

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 01.978.197/0001-09
Razão Social: TERRA CONSTRUCOES EIRELI
Endereço: ROD BR 101 KM 252 SN / RODOVIA / CONCEICAO DO ALMEIDA / BA /
44540-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/03/2024 a 25/04/2024

Certificação Número: 2024032715074736947437

Informação obtida em 27/03/2024 15:07:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TERRA CONSTRUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 01.978.197/0001-09
Certidão n°: 8647665/2024
Expedição: 06/02/2024, às 16:04:22
Validade: 04/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua expedição.

Certifica-se que **TERRA CONSTRUCOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrita(a) no CNPJ sob o n° **01.978.197/0001-09**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



27

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE JESUS
AV. GOVERNADOR ROBERTO SANTOS
CENTRO
SANTO ANTONIO DE JESUS BA
CNPJ: 13.825.476/0001-03

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Certidão emitida em 02/04/2024 sobre número: 3526/2024.

Certifico que a empresa encontra-se inscrita neste município sobre inscrição **378400101**, em nome de (a):

Empresa: TERRA CONSTRUCOES EIRELI
Fantasia: TERRA CONSTRUCOES
C.N.P./J/CPF: 01.978.197/0001-09
Endereço: RODOVIA BA 026, n°: 80
Complemento: LOTE 05 QDA H1 LOT° CIDADE NOVA
Bairro: BARRO VERMELHO
Cep: 44437060

A Prefeitura do Município de Santo Antônio de Jesus, conforme disposto nos artigos 287, 288, 289, 290 e 291 da Lei Complementar 28 de 31 de outubro de 2007 – Códigos Tributário Municipal (CTM), combinado com o disposto no artigo 205 da Lei Federal Nº 5.172, de 25/10/1966 – Código Tributário Nacional (CTN), CERTIFICA: 1. Considerando o parcelamento em nome do sujeito passivo no Simples Nacional, a exigibilidade da cobrança encontra suspensão, nos termos do artigo 151 do CTN. Conforme disposto nos artigos 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa. Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se, exclusivamente, à situação do sujeito passivo no âmbito da Secretaria de Fazenda do Município de Santo Antônio de Jesus. A presente Certidão não servirá de prova contra de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Secretaria da Fazenda do Município de Santo Antônio de Jesus, conforme prerrogativa legal prevista nos Incisos de I a IX, do Artigo 149 do CTN.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS Departamento de Administração Tributária, localizada na Avenida Governador Roberto Santos, 110, 1º. Andar – Centro - Santo Antônio de Jesus – BA.

OBS: As certidões fornecidas não excluem o direito da Fazenda Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser posteriormente apurados pela autoridade administrativa competente.

Qualquer rasura tornará nulo este documento.

SANTO ANTONIO DE JESUS - BA, 2 de Abril de 2024

Validade da Certidão de Noventa dias a contar da data de sua emissão.



Identificador Web: 146398.3526.20240402.N.148.2021500
<http://contribuintes.prefeiturasaj.ba.gov.br>

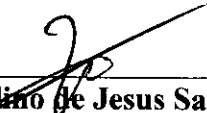


GABINETE DO PREFEITO

AUTORIZAÇÃO/ PROCESSO ADMINISTRATIVO 073/2024

O Prefeito Municipal de São Miguel das Matas, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, vem autorizar a elaboração do Termo Aditivo que tem como finalidade o termo aditivo de prorrogação de prazo do contrato nº 218/2021, conforme solicitado, devendo o aditivo ser elaborado na forma da lei, conferido pelo setor contábil e jurídico a fim de que o setor de contratos possa executar suas atribuições, conforme legislação específica em vigor.

São Miguel das Matas – Bahia, 22 de abril de 2024



Valdelino de Jesus Santos
Prefeito Municipal



São Miguel das Matas – Bahia, 22 de abril de 2024

Ilmº Senhor
Valdelino de Jesus Santos
Prefeito Municipal

Em resposta a solicitação enviada ao Setor Contábil, objetivando informações Contábeis provenientes a realização de termo aditivo ao Contrato 218/2021, atesto a existência de Dotação e Recursos Orçamentários, no Projeto Atividade e Elemento de Despesa abaixo discriminados:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
10.01	00 24 42	1021	44.90.51

Atenciosamente,

Erondino Santos Silva Junior
CRC-BA 027676/0-9



COELHO & CAMPOS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

30

coelhoecamposadv@gmail.com

(71) 9 9969-3526

PARECER JURÍDICO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

EMENTA: LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. ANÁLISE DE POSSIBILIDADE DE ADITIVO CONTRATUAL COM PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA VIABILIZAR CONCLUSÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM RUAS. COM FULCRO NO ART. 57, §1º VI, DA LEI 8.666/93. POSSIBILIDADE JURÍDICA.

DA SINOPSE DO PEDIDO E EXAME INICIAL

Consulta-nos a Coordenação de Licitações e Contratos quanto à possibilidade de confecção do VI termo aditivo, sendo este de prazo no Contrato Administrativo nº 218/2021, com assento na Tomada de Preço 002/2021.

O referido processo administrativo fora encaminhado a esta Assessoria, na forma do art. 38. parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, que prevê: "*Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.*"

O contrato Administrativo em nº 218/2021 tem por objeto Contratação de empresa para executar obras de pavimentação de ruas da sede de São Miguel Das Matas - Ba, conforme consta da Tomada de Preço nº 002/2021.

A minuta do Termo Aditivo de prazo do referido Contrato Administrativo, celebrado entre o Município de São Miguel das Matas/BA e a empresa TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI-ME tem por objeto a prorrogação de contrato pelo período de 05 (cinco) meses, visando manutenção até a conclusão dos de obra de pavimentação em Ruas do Município de São Miguel das Matas/BA conforme convênio 885000/2019.

Devidamente autuado, o processo fora devidamente instruído com:

- a) Requerimento por parte do próprio contratado, devidamente subscrito, contendo justificativa para a realização do aditivo;
- b) Ofício do Setor financeiro Interno apontando para a disponibilidade orçamentária e financeira para a aludida despesa com apontamento da dotação orçamentária, que, aliás, é saldo de contrato;
- d) Cópia do Contrato Administrativo nº 218/2022 originário e aditivos;
- e) Extrato de publicação do Contrato Administrativo nº 218/2022 (originário e aditivos);
- f) Cópia dos atos constitutivos da contratada e documentos do representante legal;
- g) Alvará de Funcionamento válido e certidões de regularidade e fiscal;
- h) Minuta do 6º termo aditivo de prazo.

Examinados os autos, passa-se à **fundamentação e, ao final, opina-se.**

DO MÉRITO

A Lei 8.666/93, mais especificamente os incisos do artigo 57, trata das hipóteses em que os Contratos celebrados pela Administração podem ser prorrogados para além da vigência dos respectivos créditos orçamentários. Nesse caso, faz-se imperioso que a justificativa da Administração Pública, visando a alteração contratual, subsuma-se a uma das hipóteses previstas no referido artigo.

Desta forma, há hipóteses que justificam celebração de aditivo contratual, desde que sua forma, observe os requisitos do supracitado artigo, *in verbis*:



COELHO & CAMPOS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

31
coelhoecamposadv@gmail.com

(71) 9 9969-3626

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(omissis)

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

O artigo supracitado trata das excepcionais possibilidades de prorrogação contratual. A prorrogação contratual consiste na ampliação do prazo de vigência inicialmente pactuado, fixando-se um período mais longo para a execução das obrigações contratadas.

Insta salientar, que certas condições devem ser observadas para que a Administração proceda à prorrogação contratual:

- deverá ser informado e justificado o interesse na prorrogação;
- deverá ser comprovada a vantagem para a Administração na prorrogação que poderá ser dar por meio de pesquisa de mercado realizada com pelo menos três empresas do ramo ou em órgãos da Administração Pública que mantenham contratos semelhantes, confrontando-se os custos de cada qual ou demonstre acerca de impossibilidade de fazê-lo;
- demonstração no sentido de que os serviços prestados são de caráter contínuo;
- manifestação da contratada em relação à prorrogação e ao preço pactuado;

Assim sendo, considerando: a) A permissão legal de prorrogação dessa espécie de contrato previsto no art. 57, §1º, VI da lei 8.666/93; b) Que a continuidade da execução dos serviços contratados até sua total conclusão tem sido economicamente mais viável para os cofres públicos; c) Que a contratação tem atendido aos critérios de eficiência e de satisfação para a finalidade a que se destina, mormente não tendo havido utilização de todo valor global empenhado no contrato; d) A solicitação de prorrogação, e, e) Que as partes concordaram que a presente prorrogação não terá reajuste de preços, mantendo os valores já praticados, concluímos pela possibilidade do aditivo contratual.

Por fim, no que tange à minuta do termo aditivo, resta demonstrado que sua elaboração atende aos aspectos formais e jurídicos exigidos pela espécie, eis que se trata de serviço contínuo, pois, essencial ao desenvolvimento das atividades da contratante.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, concluo ser possível a realização do termo aditivo para prorrogação de prazo por 05 (cinco) meses ao Contrato Administrativo nº 218/2021, firmado entre o Município de São Miguel das Matas/BA e a TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI-ME, cabendo a Comissão de Licitação, em cumprimento ao Princípio da publicidade, divulgar em imprensa oficial da entidade aviso contendo o resumo do aditivo, como forma de garantia de eficácia do Ato Administrativo praticado pelo Agente Público devendo ainda a Administração adotar medidas efetivas para conclusão do objeto.

É o parecer.

São Miguel das Matas-BA, 22 de abril de 2024

Maico Coelho da Silva
OAB/BA 26.239



**VI TERMO ADITIVO DE PRAZO
AO CONTRATO Nº 218/2021**

**“TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI
O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS
/BA E A EMPRESA TERRA CONSTRUÇÕES
EIRELI ME.”**

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.825.500/0001-04, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 02 Centro, São Miguel das Matas-BA, CEP: 44.580-000 neste ato representado pelo Sr. Prefeito, Valdelino de Jesus Santos, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 03.311.449-80 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 371.778.425-00, residente e domiciliado na Rua Manoel Rufino, 36, Centro, São Miguel das Matas-BA, doravante denominado **CONTRATANTE** e a Empresa **TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.978.197/0001-09, com sede na Rodovia BA 026, 80, Lote 05, Quadra H1, Loteamento Cidade Nova, CEP 44.437-060, no Município de Santo Antônio de Jesus-BA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Clemilson dos Santos Pinheiro, portador (a) da Cédula de Identidade nº 07.148.304-70 e CPF nº 759.636.715-15, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o **VI TERMO ADITIVO DE PRAZO** ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação do prazo do contrato nº 218/2021, que tem por objeto a Contratação de empresa para executar obras de pavimentação de ruas da sede de São Miguel das Matas - Ba, conforme especificado nos anexos, partes integrantes da Tomada de Preço nº 002/2021 e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO

O Presente termo aditivo firmado com base no art. 57 da Lei Federal 8.666/93 passa a vigorar com as seguintes alterações:

PRAZO: A duração do Contrato original tem seu prazo prorrogado, com termo inicial em 25/04/2024 e término em 25/09/2024, em conformidade com o inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições contidas do Contrato original.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo Aditivo lavrado em 3 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.



São Miguel das Matas/BA, 24 de abril de 2024.

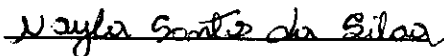

Valdelino de Jesus Santos
Prefeito Municipal


TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME
Clemilson dos Santos Pinheiro

Testemunhas:


Cantarero Silvana S. Loff

Nome:


Nayla Santos da Silva

Nome:



Edição eletrônica disponível no site www.pmsaomigueldasmatas.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL4

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo de prazo ao Contrato de nº 218/2021 que tem por objeto a Contratação de empresa para executar obras de pavimentação de ruas da sede de São Miguel Das Matas - Ba, conforme especificado nos anexos, partes integrantes da Tomada de Preço nº 002/2021, Contratante: **MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**, CNPJ: 13.825.500/0001-04, Contratada: **TERRA CONSTRUÇÕES EIRELI ME**, CNPJ: 01.978.197/0001-09. O presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação do prazo do contrato nº 218/2021, A duração do Contrato original tem seu prazo prorrogado, com termo inicial em 25/04/2024 e término em 25/09/2024, em conformidade com o inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93. São Miguel das Matas - BA, em 24/04/2024.